

Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica

uma releitura de "Construções em análise"

Luis Cláudio Figueiredo

Um instigante diálogo entre a filosofia, aqui representada pela análise heideggeriana do Princípio de Razão, e a psicanálise, em especial na atividade de construção como "dispositivo desrealizador".

O presente trabalho dá continuidade às minhas elaborações acerca da *escuta* e da *fala* na clínica psicanalítica, inspiradas no pensamento de Heidegger¹. Aqui, novamente, a presença de Heidegger é tão forte e penetrante que me dispensarei de citá-lo a cada passo. Que fique, portanto, apenas registrada a minha dívida, principalmente no que concerne a parte inicial do texto, ao curso *Der Satz vom Grund*, freqüentemente traduzido como *O Princípio de Razão*. Outros textos, tais como *Serenidade* e *Para servir de comentário a Serenidade*, também me foram de

grande valia². Será, portanto, a partir das meditações heideggerianas que emprenderei uma releitura do texto de Freud "Construções em análise", efetivando mais uma das "pontes e intercessões" entre a psicanálise e a filosofia de Heidegger, tal como sugerido em *Escutar, recordar, dizer*.

Luis Cláudio Figueiredo é Livre-Docente no Instituto de Psicologia da USP, coordenador da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUCSP e Chefe de Depto. de Psicologia da UNIP; atende em consultório particular. Este trabalho foi originalmente apresentado no IV Encontro de Fenomenologia, promovido pelo Centro de Estudos de Fenomenologia de São Paulo, cujo tema era *O Olhar Fenomenológico*.

O Princípio de Razão e o pensamento representacional

A concepção predominante do *pensar* em toda a nossa tradição filosófica ocidental e, muito especialmente, na filosofia dos tempos modernos faz coincidir o exercício do pensamento com a elaboração e manejo de representações. Mediante as representações o sujeito traz seus objetos para diante de si de forma a poder contemplá-los na distância certa em que possam ser reconhecidos, previstos, manipulados, etc. A fala propositiva, em que se enlaçam sujeitos e predicados, é, por sua vez, concebida como a expressão perfeita do pensamento representacional. A proposição é tomada como *verdadeira* quando, em primeiro lugar, o enlace é considerado legítimo, ou seja, adequa-se à realidade das coisas, isto é, às relações entre algo e suas propriedades. Em acréscimo, cada proposição deve articular-se de forma não contraditória a outras proposições, formando um sistema coerente e íntegro, para que cada uma das proposições do sistema se estabeleça como uma proposição *verdadeira*. Quando isso ocorre, cada fenômeno visado numa proposição adquire plena consistência, vale dizer, quando isso ocorre, o sujeito sente-se perfeitamente seguro de que lida com *algo que realmente é*, com algo que, integrado a um sistema de algos, tem a *consistência própria de um objeto*. Este algo-que-verdadeiramente-é como pura *objetividade* tornou-se imediatamente inteligível ao ser integrado a um sistema não contraditório de proposições em que cada objeto ocupa um lugar numa trama de eventos e de sentidos. Em contrapartida, é exatamente esta integração que garante para cada sua

plena *objetividade*. Vê-se, portanto, facilmente que é a *objetividade* de um objeto, que garante para cada algo um ser verdadeiro ("real", não ilusório ou meramente sonhado) e que esta *objetividade* depende, por seu turno, da aptidão deste *algo* deixar-

É o sujeito que, construindo seus sistemas representacionais, dá fundamento às coisas que verdadeiramente são.

se incorporar a um sistema representacional que, em última instância, repousa numa subjetividade epistêmica: é o sujeito que construindo seus sistemas representacionais dá fundamento às coisas que verdadeiramente são, que dá fundamento aos entes que são tomados como verdadeiramente sendo.

Ora, integrar um fenômeno a uma trama de eventos e sentidos é *dar as razões do fenômeno*. Dar as razões do fenômeno, dando-lhes a garantia de uma *objetividade* própria, é o que fazemos quando elaboramos *proposições explicativas* e/ou *proposições interpretativas*. No primeiro caso, *dar razões* é explicitar os enlaces de uma coisa com outras de que é *função* ou, para usar uma linguagem mais antiga, com outras que figuram como as suas *causas*. Através destes procedimentos, *explicitamos* algo. No segundo caso,

dar razões é elaborar proposições que explicitem os enlaces de um evento com outros no contexto dos quais o primeiro revela um sentido. Através deste procedimento *interpretamos* algo; neste momento, o "evento" interpretado deixa definitivamente de ser um mero evento para se mostrar como um signo (como *signal* ou como *expressão*, para usar os termos de Husserl na primeira das *Investigações lógicas*), que nos remete a outros signos. De uma forma ou de outra, explicando ou interpretando mediante proposições, o sujeito conhecedor estará submetido ao que Leibnitz chamou de o mais elevado princípio da filosofia: o *Princípio de Razão - nada é sem uma razão, nenhum algo subsiste sem razões*³.

Como se percebe, para que algo seja e possa ser tomado como *verdadeiramente sendo* será preciso encontrar sua razão (de ser). Portanto, para nos assegurarmos de que algo verdadeiramente *seja*, devemos nos esforçar para *procurar e prover as razões*, pois só as razões oferecidas na forma de explicações causais ou funcionais ou na forma de interpretações poderiam dar subsistência aos fenômenos assegurando-lhes uma sólida *objetividade*. Segundo este princípio, estaríamos totalmente justificados em duvidar da verdadeira realidade de algo para o que não fossem dadas razões, não importando se estas razões virão na forma de explicações ou de interpretações. É claro que há diferenças importantes entre estas duas operações: quando as razões são dadas na forma de uma interpretação, elas aumentam nossa compreensão do fenômeno, mas não ganhamos nada em termos da capacidade de prevê-lo e controlá-lo; já as razões dadas

na forma de explicações garantem um incremento em nossa capacidade de prever e exercer o domínio. Por este motivo, muito provavelmente, tende-se a privilegiar a explicação sobre a interpretação; é como se previsão e controle — ou seja, o exercício da técnica — fosse a prova dos nove ontológica: um fenômeno plenamente objetivo seria, em última análise, explicável, previsível e controlável e só assim estaria totalmente assegurada a sua *objetividade*. No entanto, supõe-se que, na impossibilidade de garantir este grau máximo de objetivação, pelo menos que se garanta a inteligibilidade interpretativa, também ela regida pelo Princípio de Razão. Muitos esperam inclusive que uma interpretação possa ir se desdobrando até converter-se em explicação. Esta crença é muito comum no que concerne os fenômenos históricos: uma narrativa, por exemplo, de início torna inteligível um fenômeno revelando-lhe ou atribuindo-lhe algum sentido no contexto de um dado processo; no entanto, à medida que a narrativa histórica se adensa, poderíamos ver surgir nela algumas regularidades que — num plano de maior abstração — a vão tornando aos poucos uma explicação genética, em que algo é explicado pelas suas origens.

O campo total dos fenômenos integráveis a uma trama explicativa ou interpretativa, para os quais podemos oferecer razões e que, assim, são dotados de *objetividade* é o que Kant entendia por *natureza* e que, mais amplamente podemos chamar de *realidade*. *Dar razões* é o modo intelectual de re-constituir o que experimentamos como realidade; inversamente, *esperar razões* ou *procurar razões* é o modo de apostar na *realidade* e acreditar na *realidade* mesmo antes de elaborarmos ou escutarmos proposições explica-

tivas e interpretativas convincentes. Tomamos como *realidade* o conjunto articulado de fenômenos para os quais esperamos pacificamente que, mais cedo ou mais tarde, razões serão dadas. *Realidade* é, assim, o campo em que transitamos

"Ver" e "escutar", praticados de forma metódica e perseverante, estão presentes no fazer das ciências.

tranquilamente porque, dados os enlaces possíveis entre os diversos fenômenos, poderemos sempre ir de um a outros sem quedas nem obstáculos insuperáveis. *Realidade*, em termos fenomenológicos, é onde vivemos e nos apoiamos sem sobressaltos nem surpresas dada a solidez de seus objetos e dada a perfeita integração e harmonia entre eles.

O *ver* e o *escutar* podem ser, também eles, movidos exclusivamente pelo Princípio de Razão. *Ver* e *escutar* na busca de razões parece caracterizar a maior parte de nossas atividades perceptivas cotidianas sempre que nos defrontamos com algo relativamente novo ou um pouco fora de lugar. Embora na *realidade* cotidiana isto ocorra raramente, quando ocorre procuramos espontaneamente reduzir o inesperado ao já conhecido para reconquistar rapidamente a confiança

numa *realidade* sólida e íntegra: para isso olhamos e escutamos com um pouco mais de atenção do que o habitual para descobrirmos as razões do "acidente". É o mesmo tipo de *ver* e *escutar*, só que praticado de forma metódica e perseverante,

que está presente no fazer das ciências: aqui, ativamente, procuram-se fenômenos que propiciem novos enlaces, procuram-se fenômenos que corroborem enlaces hipotetizados ou mesmo procuram-se fenômenos que testem e eventualmente refutem enlaces conjecturais. Todos estes são procedimentos que atrelam o *ver* e o *ouvir* ao que diz o Princípio de Razão: *nada é sem uma razão suficiente*. Aparentemente, o *ver* e o *escutar* teoricamente significativo só podem ser o *ver* e o *escutar* no contexto da tarefa de

prover as razões de cada fenômeno para torná-lo plenamente objetivo. Não há dúvida que é assim que os cientistas procedem a maior parte do tempo.

Em que medida a clínica psicanalítica está, também ela, submetida ao Princípio de Razão? Em que medida a clínica psicanalítica realiza-se através do proferimento de proposições explicativas e interpretativas no sentido acima indicado?

O Princípio de Razão e a clínica psicanalítica

Uma leitura de alguns textos de Freud, principalmente certos casos clínicos, poderia nos levar a pensar na interpretação tomada como re-constituição do tecido de razões. Tratar-se-ia, tanto para o analista como para o paciente, a quem se-

riam comunicadas em tempo oportuno as interpretações psicanalíticas, de esclarecer, tornar inteligível mediante ligações e religações, o

Numa certa época, Freud usou explicitamente procedimentos do tipo que aqui chamamos "realizadores".

material clínico disperso nos sonhos, nos atos falhos, nas lembranças e nas amnésias, nos sintomas etc. Estas ligações e religações deveriam ser capazes de *convencer*; seja pela explicitação de mecanismos e processos operantes na produção do material — o que os explicaria — seja pela construção de narrativas historicizantes plausíveis — o que os interpretaria e, eventualmente, os explicaria em termos genéticos. Uma interpretação assim concebida conduziria naturalmente o psicanalista a tentativas de *argumentar* com o paciente de forma a que as razões oferecidas pudessem ser efetivamente aceitas e incorporadas à consciência que o paciente tem de si mesmo. Como certos argumentos pressupõem um alto grau de abstração, pois só se tornam convincentes no contexto de um dado modelo teórico, o psicanalista precisaria com frequência ensinar teoria a seus pacientes para que eles entendessem as razões dadas e se convencessem delas.

Ora, é exatamente isso que Freud relata fazer em certas ocasiões, o que confirmaria a suspeita de que ele tanto constrói suas teorias

como trata seus pacientes no plano em que impera o Princípio de Razão e em que o *ver* e *escutar* estão completamente submetidos a este Princípio. Se assim fosse as falas interpretativas na psicanálise deveriam ser vistas como *falas realizadoras*.

Elas seriam eficazes na medida em que participassem da constituição de uma (nova) realidade.

Esta nova realidade seria ortopédica, em relação à realidade original defeituosa, ou francamente substitutiva, caso em que já não poderíamos diferenciar a psicanálise de qualquer procedimento de sugestão. No primeiro caso, estariam os preenchimentos das lacunas na história de vida, a superação das amnésias que tornam as narrativas de si incompletas e capengas. As interpretações permitiriam então a reordenação e completamento destas narrativas. Já a substituição de uma realidade por outra seria como uma sugestão sem hipnose, sustentada, talvez, na força dos vínculos transferenciais. Novamente aqui o leitor de Freud poderia verificar que numa certa época ele usou explicitamente de procedimentos *realizadores*, no sentido acima especificado, e de que muitos de seus seguidores parecem nunca ter abandonado de todo as práticas de sugestão, mesmo que dissimuladas. Atualmente, por exemplo, a imprensa americana tem divulgado

uma série de incidentes envolvendo psicanalistas cujas interpretações *realizaram* memórias infantis de caráter traumático gerando denúncias de abusos sexuais inexistentes. Criou-se até nos EUA uma sociedade de pessoas lesadas pela implantação de falsas memórias através de interpretações *realizadoras*.

Tudo que foi apresentado nos últimos parágrafos poderia nos levar a concluir que na psicanálise freudiana há um predomínio do Princípio de Razão, o que lhe daria uma feição nitidamente intelectualista. Não apenas *dar razões* estaria tornando inteligível o material clínico e promovendo os fenômenos assim *racionalizados* à condição de *realidade objetiva*, como *dar razões* teria no contexto clínico uma *eficácia curativa* ou, ao menos, transformadora.

No entanto, nem creio que a clínica psicanalítica tenha de fato a ver com o Princípio de Razão, nem que a única leitura da obra freudiana seja esta em que ele comparece como um puro herdeiro da tradição dominante no Ocidente, embora, naturalmente, ele seja também isto. É claro que enquanto teórico Freud não poderia nem deveria escapar às exigências de *dar as razões* de seus objetos. Esta exigência decorre tanto de uma necessidade pessoal do teórico, que é a de construir modelos aptos a tornar inteligível sua prática, como da necessidade de expor suas idéias a outros de forma convincente. O teórico, em qualquer área em que atue, precisa argumentar e uma argumentação só progride quando são oferecidas e aceitas as razões. É possível que em muitas ocasiões possa ter havido uma certa confusão entre, de um lado, a construção das teorias e sua difusão racional, em que a tarefa de *dar razões* é imperativa, e, de outro, a clínica. No entanto, procurarei mostrar no que segue que *a fala em psicanálise não tem essencialmente uma função realizadora, que interpretar em psicanálise não é essen-*

cialmente fazer ou refazer ligações e que o *ver* e o *escutar em análise* não são meramente acessórios da tarefa principal de *dar, esperar ou procurar razões*.

Para além da exigência de dar as razões

Dar e procurar razões, como meio de reconstituir o tecido homogêneo da realidade sempre que ele eventualmente se esgarça, responde à muito humana necessidade de apoiar-se tranquilamente em coisas sólidas e bem ajustadas umas às outras para poder sobre elas e entre elas transitar sem susto. Na ausência destes apoios sentimentais arriscados a desabar em abismos incalculáveis, a tropeçar em obstáculos incontornáveis. Renunciar ao pensamento como construção e manejo de representações implica, portanto, na capacidade de enfrentar estes riscos. Por que, em sã consciência, valeria a pena correr estes riscos? Por que, em outras palavras, valeria a pena abrir mão da tranqüila residência numa sólida realidade? E se é que vale a pena esta dolorosa renúncia, como proceder?

Todas estas questões ainda se deixam formular segundo o Princípio de Razão: "por que isto, por que aquilo"? No entanto, elas sugerem que algo possa ser experimentado na ausência desta exigência de *dar as razões*.

Antes de nos serem exigidas razões para isto ou aquilo, isto ou aquilo já se impôs a nós como um *sendo*. Não, necessariamente, como um *sendo* determinado, como um algo reconhecível e interpretável segundo nosso repertório prévio. Antes de mais nada, contudo, algo teve de impor-se a nós como um *sendo enigmático* que irrompeu como corpo estranho no tecido homogêneo da realidade, criando neste tecido algo que é buraco e excrescência, criando, enfim, o *espaço do*

heterogêneo. Para pensar a emergência desta irrupção - ou, na outra acepção do verbo *pensar*, a de *cuidar* e *tratar*, para *pensar esta fratura* - no que tem de propriamente surpreendente, o pensamento representacional não nos ajuda em nada. Ele, no máximo, seria capaz de religar o novo ao já sabido de forma a garantir uma nova homogeneização do tecido da realidade. Será preciso, assim, liberar o *pensar* desta tutela ao Princípio de Razão para colocá-lo à disposição de um *ver* e de um *escutar* eles mesmos liberados. Ao invés de *ver* e *escutar* na expectativa e na procura de razões, *ver e escutar o que é ainda puro movimento de tornar-se figura desde um fundo que é*

nada do ponto de vista dos entes já constituídos, mas que é um nada 'pleno': o nada é um vazio de entes, de formas e figuras, mas não é só vazio, é também uma discreta plenitude, nos ensina Heidegger nas últimas lições do curso *Der Satz vom Grund*. Esta plenitude, fonte virtual de todas as figuras, mas que do ponto de vista das figuras é *nada*, esta plenitude resguardada é o que Heidegger chama de *o ser como puro envio e retraimento*. Escutar e ver o que ainda não é - o que ainda não se con-figurou - é escutar e ver *o ser* na sua condição de possibilitador para que algo seja. *O ser*, porém, no mesmo movimento que nos dá algo, se retrai, se esconde, se deixa esquecer. 'É' sempre como o fundo invisível de onde se destacam as figuras; 'é' sempre o silêncio

que deixa ouvir. Assim sendo, o pensamento não representacional — o *penso* — não pode proceder pelo estabelecimento de ligações explicativas ou interpretativas em que o *ser* compareça como causa, motivo, intenção, etc., ou seja, sob qualquer figura nomeável. Pensar *o ser como puro envio e retraimento* é simplesmente e serenamente

O que responde à escuta do inaudível e à visão do invisível é a fala "fenomenalizadora".

mente renunciar a todas as imagens e formas preconcebidas para *deixar-se afetar* pelo que irrompe desde este fundo de virtualidades e *responder* aos enigmas que daí se vão constituindo e impondo. *O pensar* da serenidade é o simplesmente manter-se à espera, na abertura de onde os entes são destinados à figurabilidade.

A fala é, neste caso, já não mais a da proposição considerada como aquilo que enlaça sujeitos e predicados e se enlaça a outras proposições. É a *fala fenomenalizadora* que responde à escuta do inaudível e à visão do invisível dando uma figurabilidade mínima para que, antes de qualquer objetivação e racionalização, algo possa vir a ser, para que algo se mostre. Se ainda cabe aqui falar em proposição, será ape-

nas no sentido mais original do termo, elucidado em *Ser e Tempo* (§ 44): a *pro-posição* como o que põe algo adiante para ser visto, como o que dá a ver. Esta fala não é em absoluto uma *fala realizadora* no sentido acima mencionado. Ao contrário, é uma *fala ir-realizante* que des-contextualiza, destece a realidade homogênea para acolher o heterogêneo, o surpreendente. É uma fala, contudo, *surrealista*, no sentido — explicitado por André Breton no manifesto de 1924 — de *super-naturalista*⁴: a figura recém-formada, recém-acolhida tem os contornos nítidos das imagens de um quadro de Salvador Dali, tem a nitidez hiper-realista de objetos que se destacam do fundo e prendem a atenção exatamente porque não eram esperados ali, naquele contexto. Como nos quadros surrealistas, figuras hiper-nítidas mostram coisas reconhecíveis em formas surpreendentes e em combinações bizarras gerando um efeito de sonho. Quebra-se a realidade homogênea para dar espaço à irrupção fugaz de um *real* — melhor dizendo, de um *super-real*. Apenas do encontro com este super-real onírico pode a realidade sair transformada porque só destas figuras de sonho — que escapam radicalmente ao império do Princípio de Razão — pode-se fazer uma experiência no sentido preciso do termo, o da recepção de impressões originárias. As figuras recém-configuradas, em que pese sua nitidez, não têm a *objetividade* daquilo que é na *realidade*. As figuras recém-configuradas realizam aquela finalidade da obra de arte que “é a de dar uma sensação do objeto como visão e não como reconhecimento” (Chklovski)⁵, quebrando os automatismos de que a realidade cotidiana é feita.

Heidegger diferencia *Gegenstand* — traduzido por *objeto*, aquilo que eu ponho diante de mim mediante uma re-presentatione (*vor-stellung*) — de *gegenüber*. *Gegenüber*, que o francês traduz como “*en face*”, é com o que eu me deparo

Apesar de as teorias psicanalíticas estarem comprometidas com o Princípio de Razão, na clínica elas se revelam como dispositivos desrealizantes.

porque se apresenta a mim; para enfatizar o étimo *über*, poderíamos traduzir *gegenüber* como o que se abate sobre mim, como o que *baixa à minha frente*, interrompendo o meu trânsito fluente pelas províncias da realidade. *Gegenüber*: “*tinha uma pedra no meio do caminho*”. *Gegenüber*: é a coisa que se mostra por si mesma e fora do alcance das minhas crenças e expectativas, é a coisa *in die Stille*, repousando em si mesma e não nos meus poderes de sujeito da representação⁶.

O paciente neurótico sofre de excesso de realidade. Falas surrealistas são necessárias para abrir neste denso tecido homogêneo alguns intervalos. A eficácia analítica da interpretação não pode ser, essencialmente, a de realizar, mas a de *irrealizar*, introduzindo o espaço do heterogêneo, fabricando o estranho, acolhendo o que não pertence.

Será que a clínica psicanalítica procede de outro modo, daquele modo intelectualista a que parecem levar certas leituras da obra freudiana, promovendo ligações e religações, proferindo interpretações *realizadoras*? Ou será que, em que pese o fato de todas as teorias psicanalíticas estarem comprometidas com o Princípio de Razão (e como poderia ser diferente?), na clínica estas mesmas teorias são *dispositivos desrealizantes*, *dispositivos aptos a sonbar* mais do que a prever e calcular, como costuma acontecer com a teorias científicas convencionais? Parece-me que, de fato, as teorias psicanalíticas, independentemente de como estejam construídas, têm um estatuto cognitivo completamente distinto das demais teorias científicas. Não se trata apenas de dizer que elas são somente dispositivos heurísticos destituídos de estatuto ontológico — metáforas ou ficções necessárias — capazes de conduzir a pesquisa do inconsciente e de tornar inteligíveis os dados da clínica, no que, de resto, elas não seriam necessariamente distintas de qualquer teorização⁷. Trata-se de afirmar que *elas servem para des-realizar*, para *construir novos sonhos* e, nelas, propiciar um *ver* e um *escutar* liberados do Princípio de Razão.

Para justificar esta tese, aparentemente contrária à realidade histórica da psicanálise e certamente contrária ao bom senso, e também para ilustrar o que seria um procedimento *des-realizante*, farei em seguida uma breve exposição comentada de um dos derradeiros trabalhos de Freud, “Construções em Análise”, de 1937⁸. Meu objetivo não é o de procurar em Freud uma autorização para as idéias aqui apresentadas, mas o de mostrar que

em sua obra podem-se encontrar elementos para desfazer a crença de que a clínica psicanalítica ignora modos de *pensar, escutar e ver* totalmente liberados do Princípio de Razão.

As construções em análise como dispositivos desrealizadores

O texto de Freud, um dos últimos publicados em vida, tem como ponto de partida uma questão: como lidar com o *sim* e com o *não* do paciente diante de uma interpretação? A questão precisava ser respondida para que se pudesse enfrentar uma crítica freqüente à psicanálise, a de que, não importando o que o cliente dissesse, o psicanalista estaria sempre com razão. Em outras palavras: a obediência ao Princípio de Razão seria tão estrita que as razões teóricas estariam sempre predominando sobre qualquer fenômeno clínico e sobre qualquer recusa do paciente.

Em seguida, dando início aos seus argumentos, Freud reafirma as metas e os meios da análise: cancelar as repressões e substituí-las por reações maduras através da recordação das vivências e dos afetos associados que estão esquecidos. O objetivo de propiciar o preenchimento dos espaços tomados pela amnésia, reconstituindo uma história de vida, poderia sem dúvida corroborar as suspeitas de que a cura se daria com a oferta de razões, no caso, razões genéticas já que a finalidade seria a de recontar uma história livrando-a de lacunas e imperfeições. Enfim, o tratamento poderia ser concebido como a construção de narrativas historizantes em que o *ver* e o *escutar* estariam a serviço da tarefa de *dar as razões*.

Quando Freud passa a enfocar o que seriam as tarefas do analista neste processo, as suspeitas podem mesmo crescer: ele fala em constru-

ção do esquecido para posterior apresentação ao paciente. Ora, o próprio termo *construção* parece sugerir uma atividade racional e racionalizante: a de construir ou reconstruir o tecido da realidade. Assim sendo, estaríamos sem dúvida empenhados numa tarefa *realizadora*.

Eis que neste momento alguma coisa muda. Freud aproxima, e não é pela primeira vez que o faz, o *métier* do psicanalista do *métier* do arqueólogo. Aonde isso poderá nos conduzir? Laplanche em dois trabalhos⁹ nos ajuda a pensar esta questão.

Enquanto o historiador trabalha à cata de eventos capazes de ordenar uma narrativa, tornando-a razoável, o arqueólogo, particularmente o arqueólogo pré-científico, muito aparentado ainda ao colecionador, ao viajante e ao violador de túmulos, anda à cata de objetos, de coisas perdidas, soterradas, das quais, muitas vezes só encontramos fragmentos. Afirma Laplanche: “*o que liga os três personagens, o viajante, o violador de túmulos e o antiquário é o amor pelo objeto ele mesmo*”.¹⁰ É preciso, então lidar com fragmentos, muitas vezes é necessário abstraí-los da massa de detritos em que estão incrustados, é necessário pescar aqui um, ali outro, acolá mais algum e deixá-los até que possam se encontrar para a formação de uma peça íntegra. Interpretar, dirá Freud mais adiante no texto que estamos examinando, é lidar com os fragmentos, é, freqüentemente, *frag-*

mentar o material recolhido para, à moda do minerador, retirar o ouro puro da massa de lama e pedras sem valor. É o que se faz, afinal de

Segundo Laplanche, a arqueologia freudiana é hiper-realista, ainda mais fascinada pelo objeto que a antiga arqueologia.

contas, na *análise* de um sonho ou de qualquer relato. Às vezes, como se sabe, nas construções arqueológicas ficam faltando pedaços e estes podem ser efetivamente construídos para a formação da peça. Ora, este arqueólogo, dedica-se a estas coisas — a estas peças — por elas mesmas e não para integrá-las a uma trama de razões: elas têm o valor de um objeto antigo recuperado, independente de que sirvam para a reconstrução de uma narrativa histórica. As construções em análise equivalem segundo Freud e Laplanche a esta tarefa de recuperação de peças arqueológicas - objetos perdidos, cenas interrompidas e esquecidas - *fora do campo das razões*. E é por isso que Laplanche dirá que a arqueologia freudiana é hiper-realista, ainda mais fascinada pelo objeto que a antiga arqueologia.

Porém, meu ouvinte ou leitor poderá perfeitamente perguntar-se sobre o que me autoriza a dizer que a construção está fora daquele campo?

Retornemos ao texto freudiano. O que se espera da apresentação ao paciente da peça reconstruída? Esperam-se *efeitos* que, como se verá adiante, não têm nada a ver com o convencimento: afluem novas verbalizações, algumas vezes novas lembranças etc. Será do tratamento dado a estes novos materiais que dependerá o avanço do processo analítico.

Mas, acompanhando mais de perto o artigo, encontramos Freud às voltas com a questão de como enfrentar a questão da verdade ou falsidade destas peças reconstruídas a partir dos fragmentos devidamente interpretados. Freud afirma: as más construções não têm efeito algum no processo psicanalítico. Que seja, mas e as que produzem efeitos, como avaliá-las a partir destes efeitos? Caso o paciente confirme ou caso recuse as construções, na verdade, pouco proveito pode tirar disso o analista. Tanto os *sim* como os *não* podem dizer muitas coisas diferentes e nunca poderemos decidir entre elas. Exatamente por isso não cabe argumentar, não cabe tentar convencer o paciente da veracidade de uma construção. Esta maneira de lidar com *sim* e *não*, porém, não significa que as reações do paciente sejam desprezíveis. Ao contrário, elas serão do maior valor, mas não porque indiquem que a construção integrou-se a uma trama de razões ou porque, ao invés, foi recusada por esta trama. Em outras palavras, a construção não é boa ou má em termos de estar ou não contribuindo para a *realização* de uma história de vida.

Boas construções tocam o inconsciente do paciente e isto se revela nos efeitos: denegações apressadas e evacuativas, associações confirmadoras, e, principalmente, indiretamente confirmado-

ras — como quando se produz um ato falho no próprio movimento denegatório — o recrudescimento de uma reação terapêutica negativa etc. são estes os índices de que a construção gerou algo no campo dos afetos, produziu uma *emergência pulsional*.¹¹ Nada disso é obtido através de argumentos pró ou contra; apenas cabe ao analista apresentar a construção, mostrar a peça construída e deixá-la fazer seu caminho.

Boas construções tocam o inconsciente, e isto se revela em efeitos no campo dos afetos: produz-se uma emergência pulsional.

Neste trajeto, uma boa construção, mais cedo ou mais tarde propiciaria uma recordação ou, o que Freud considera muito provável, engendraria uma convicção. A palavra *convicção* neste momento pode gerar algum mal-entendido. Pareceria que Freud está se referindo a um processo de convencimento bem sucedido. Nada mais equivocado: nossas convicções são fortes ou fracas independentemente de termos boas razões.

É neste momento que Freud introduz intempestivamente algumas considerações sobre os delírios psicóticos precedidas de alguns relatos de outros efeitos produzidos por construções que tocam o inconsciente: estes efeitos consistem em imagens hiper-nítidas de aspec-

tos associados à construção que, ela mesma, não é recuperada na memória. Estes aspectos hiper-nítidos, mas marginais, meio que destacados da cena, nos fazem recordar imediatamente as figuras de telas su(per)-realistas. Lembram-nos também, naturalmente, a força imagética das peças arqueológicas construídas pelo psicanalista e que são descritas por Laplanche como hiper-realistas. *São coisas — fragmentos de cenas — que saltam para diante do paciente, pro-postas pela fala do analista, com toda a força original de uma experiência no sentido pleno do termo: a de uma impressão originária.* Nos termos heideggerianos, são *gegenüber* e não *gegenstand*. Ora, segundo Freud, nos delírios psicóticos estariam presentes, ainda que irreconhecíveis, fragmentos de um passado histórico-vivencial que, retornando com uma fantasmagórica nitidez, dariam ao delírio sua força de convicção. Toda esta digressão sobre os delírios, que poderia ser contestada ou explorada mais a fundo

em outro lugar, serve, contudo, a um propósito bem claro: o de permitir uma equivalência entre a *força de convicção* do delírio e a *força de convicção* de uma construção psicanalítica. Com isso fica definitivamente afastada a possibilidade de se confundir a eficácia intelectual de um argumento e a eficácia pulsional de uma construção em análise. A primeira deriva do império do Princípio de Razão. A segunda *salta para fora* deste território.

Em conclusão, não se trata, portanto, de que a construção convença racionalmente ou se incorpore pura e simplesmente a uma narrativa de si racionalizante, não se trata de contar melhores histórias ou elaborar descrições mais conve-

nientes da subjetividade¹², mas de que o pro-posto na construção mobilize as pulsões, toque o inconsciente e faça emergir, ainda que de forma irreconhecível, uma verdade histórico-vivencial: construções não são “proposições verdadeiras”, são retornos de vivências soterradas, paralizadas, fragmentadas com os quais é possível se fazer uma experiência. Na situação clínica, talvez, esta experiência possa então ser refeita em condições de permitir que este passado desentranhado pela fala possa dissolver-se à luz do dia e em contato com o ar, tal como os pergaminhos, que depois de séculos de conservação soterrada, desfazem-se rapidamente nas mãos de seus descobridores.

Trata-se, assim, muito mais de um mostrar do que de um raciocinar; a fala do analista enquanto *construção não dá razões, ela faz-se escutar dando a ver e a sentir*. A *força da convicção* depende de um investimento libidinal nos/dos fragmentos mais ou menos bem resgatados e construídos por ela.

Nesta medida, indo já agora adiante, é bem verdade, do que Freud nos autoriza neste artigo, poderíamos até supor que o que dá força à convicção não é a sua correspondência com o passado objetivo, mas a sua disponibilidade para transportar ao presente — para *a-presentar* — o passado histórico-vivencial. E indo mais além ainda, poderíamos talvez supor que a construção eficaz seria a que dá figurabilidade a experiências “passadas” que perderam figura ou que nunca tiveram uma figura apta a participar de um processo de elaboração. Ou seja, a construção estaria dando figurabilidade àquilo que sempre “existiu” apenas como fragmento desligado, como possibilidade abortada de ligação: uma cena traumática, uma intensidade afetiva, um acontecimento inconcluso¹³. Assim, a construção seria essencialmente fenomenalizadora sem se converter jamais numa mera construção retórica. Ainda estaríamos aqui, por-

tanto, e para nos referirmos à famosa distinção freudiana,¹⁴ trabalhando *per via di levare* sem recorrer à *via di porre*, mesmo que a descoberta proporcionada pela construção psicanalítica fosse a primeira oportunidade de algo vir a ser como figura.

Se enfocarmos neste momento este mesmo processo do ponto de vista do trabalho do analista, veremos que Freud não afirma nem parece sugerir uma hipótese que, no entanto, poderia ser elaborada a partir de sua aproximação entre as construções do analista e os delírios psicóticos: a de que as construções são os elementos histórico-vivenciais do paciente “delirados” pelo analista, como se o analista fosse capaz de produzir o delírio que o paciente (neurótico) não consegue engendrar. As falas do paciente dariam ao analista os fragmentos que seriam a oportunidade de *veraquilo* que transformado em falas poderia ser apresentado ao paciente na forma de uma *peça hiper-nítida* e afetivamente poderosa, resgate de algo perdido e soterrado. Considerar a construção como delírio tem como consequência retirar também do analista a carga intelectualista que o termo *construção* parece carregar, aproximando-o do trabalho do sonho¹⁵. Com isso não só a escuta e a visão do que é oferecido ao paciente está livre do Princípio de Razão — e apenas nesta medida é eficaz — mas também as escutas, visões e falas do analista saltariam para fora do campo regido por este princípio. *Nada é sem razão*, afirma o Princípio soberano do pensamento representacional. Como não poderia deixar de ser, qualquer teoria do psiquismo — naturalizante ou hermenêutica, explicativa ou compreensiva — está subordinada a este Princípio. E no entanto, as artes e, provavelmente, a clínica não poderiam existir senão libertando-se dele e restituindo ao *pensar*, ao *escutar* e ao *ver* fugazes mas poderosos momentos de liberdade. ■

NOTAS

1. Ver a propósito L.C. Figueiredo, *Escutar, recordar, dizer. Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. Ed. Escuta/ Educ, 1994.
2. M. Heidegger, *Le Principe de Raison* (Gallimard, 1989) e *Questions III* (Gallimard, 1990).
3. Deve ficar claro para o leitor que o termo “razão” tal como presente no Princípio explicativo por Leibnitz abrange tanto *causas* como *razões* nas acepções dominantes nos contextos em que estes termos costumam ser confrontados.
4. A. Breton, *Manifeste du Surréalisme* (1924), Ed. Gallimard, 1965. O termo *supernaturalismo* fora empregado no século XIX por Gerard de Nerval e Breton considera-o mais adequado do que o nome que ele próprio havia proposto, em colaboração com Soupault (p. 36).
5. V. Chklovski, *L'art comme procédé* (1917) Em *Théorie de la littérature*. Ed. du Seuil, 1966.
6. Deve ficar claro para o leitor que a coisa que irrompe e se eleva à minha frente como *gegenüber* não tem qualquer semelhança com a *coisa em si* kantiana; trata-se do *fenômeno* no seu movimento próprio de fenomenalização, trata-se, enfim, do acontecimento enquanto acontecimento.
7. Concepções desta índole podem ser encontradas em textos como os de D. Spence (*The Freudian Metaphor*. Norton, 1987) e de L. Wurmser (*A defense of the use of metaphor in analytic theory formation. The Psychoanalytic Quarterly*, 1977, 46, 465-497). No Brasil, Zeljko Loparic vem desenvolvendo esta linha de raciocínio e recentemente Vera Lúcia Blum Tomás defendeu sob sua orientação uma Dissertação de Mestrado na UNICAMP em que o estatuto meramente ficcional da metapsicologia freudiana é defendido com muita consistência (cf. Tomás, V.L.B. *O Estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das idéias*, 1994).
8. S. Freud, *Construções en el análisis*. (1937) Em *Obras Completas*, vol. XXIII. Ed. Amorrotu, 1993.
9. J. Laplanche, *La psychanalyse: histoire ou archéologie? e L'interprétation entre déterminisme et hermèneutique*. Em *La Révolution copernicenne inachevée*. Aubier, 1992.
10. J. Laplanche, op. cit., p. 393.
11. Freud usa o termo *Ausfriebe* na edição Amorrotu, traduz-se como “*la pulsión emergente de lo reprimido*”. (S. Freud, *Obras Completas*, tomo XXIII, p. 268).
12. Estas parecem ser, por exemplo, as perspectivas elaboradas por Jurandir Freire Costa e seus associados em *Redescrições da Psicanálise. Ensaios pragmáticos*, Ed. Relume-Dumará 1994.
13. Ver a propósito *Fala e acontecimento em análise*. *Revista Percursos* 11, 37-44, 1993, republicado em *Escutar, recordar, dizer*. Ed. Escuta/Educ, 1994.
14. S. Freud, *Sobre psicoterapia* (1904) Em *Obras Completas*, vol. VIII. Ed. Amorrotu, 1993.
15. Seria interessante, talvez, confrontar esta hipótese acerca das construções/interpretações do analista com o conceito de *rêverie* tal como proposto por W. Bion para se referir à capacidade, exigida à mãe pelo bebê, de “*estar em um estado de calma e receptividade para receber os próprios sentimentos do bebê e dar-lhes significado*” (cf. R.D. Hinshelwood, *Dicionário do pensamento kleiniano*. Artes Médicas, 1992.). Também em Winnicott encontraremos algo semelhante. É claro que uma construção em análise tem um arcabouço teórico de que os ensinamentos da mãe carecem. Contudo, como se afirmou anteriormente, poderíamos conceber as teorias psicanalíticas exatamente como dispositivos úteis para sonhar, o que, em última instância, os aproximaria das fantasias de que a mãe dispõe para a organização de sua *rêverie*.